

DOCUMENTAÇÃO, MEMÓRIA E PESQUISA: O CEDIC FAZ 30 ANOS

HELOISA DE FARIA CRUZ*
VIVIANE TESSITORE**

RESUMO

Ao celebrar os 30 anos de criação do Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC-SP, refletimos, neste artigo, sobre sua trajetória enquanto entidade de custódia e pesquisa na área de documentação e memória, vinculada à trajetória da própria PUCSP. Enfocamos a constituição de seu acervo, sua abrangência e relevância, bem como os objetivos atuais do Centro quanto a suas atividades, projetos e serviços, sempre no sentido de prestar apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão na Universidade.

PALAVRAS-CHAVE: memória; documentação; movimentos sociais.

ABSTRACT

By the occasion of its 30th anniversary, the Centre for Documentation of the PUC-SP – CEDIC, reflects about its history as a custodian and research space in the area of documentation and memory, linked to the trajectory of the university itself. The text focus on the constitution of its collection, its scope and relevance, as well as the current goals of the Centre, projects and services, always aimed at providing support for research, teaching and extension at the University.

KEYWORDS: memory; information; social movements; documentation.

No decorrer de 2010, o CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” – comemorou seu aniversário de 30 anos. Nestas três décadas, estruturando-se como espaço de preservação e difusão do patrimônio documental de diferentes tendências e expressões da memória social brasileira, a trajetória do CEDIC se entrelaça à da própria PUC-SP.

Firmando-se como pólo de resistência cultural ao autoritarismo do regime então vigente, atuando ativamente no processo de redemocratização do País, no início dos anos 1980, a PUC-SP vivenciaria um período profícuo na construção de seus caminhos enquanto instituição universitária comunitária, aliando projetos de promoção da qualidade acadêmica ao diálogo com as questões sociais e políticas mais urgentes da sociedade brasileira. A criação e estruturação do CEDIC como centro de documentação da PUC-SP, compromissado com a preservação do patrimônio documental e dimensões da memória de movimentos sociais até então pouco visíveis ou silenciadas, articula-se a essa proposta de diálogo da Universidade com as questões urgentes daquela conjuntura de lutas pela democratização da sociedade brasileira. Importa então, inicialmente, indicar que, nos seus 60 anos de atuação, a PUC-SP incorporou ao seu patrimônio acervos de grande importância para a memória social brasileira, e o histórico de seus acervos está intimamente associado à atuação acadêmica, cultural e política da Instituição.

Naquela conjuntura dos anos 1970/1980, o CEDIC e a PUC não estavam sozinhos em sua proposta de constituição de um espaço democrático para a preservação de diferentes tendências e expressões da memória social, particularmente daquelas mais fragilizadas diante dos movimentos do poder para os quais nos alerta Jacques Le Goff, assinalando as relações entre as ações de preservação documental e as disputas políticas a cada momento histórico.¹ Reconhecendo, como indicam Schwartz e Cook, que independentemente das transformações na natureza dos acervos, nas formas de preservação dos documentos e nos usos dos registros, o ato de organizar e constituir arquivos refere-se à organização de poderes em torno

da História e a Memória Social em cada presente; e que as intenções dos arquivos e de seus atos de preservação estão intimamente articuladas às disputas sociais em torno da produção da lembrança e do esquecimento em cada momento histórico.²

Neste sentido há que indicar que no Brasil a conjuntura das lutas de resistência a ditadura e pela redemocratização é um momento extremamente rico nos que diz respeito às discussões sociais e acadêmicas sobre memória e preservação do patrimônio documental. Então, para além do movimento interno à Universidade, a criação do CEDIC articulava-se, num tempo de emergência de inúmeros centros de documentação universitários e de centros de documentação e memória dos movimentos sindicais e populares.

No âmbito de nossa discussão vale pontuar como dimensões articuladas destes movimentos e debates: a reivindicação por memória dos novos sujeitos e movimentos sociais então emergentes e a renovação da discussão historiográfica sobre a noção de documento e sobre pesquisa histórica.

Questão pouco lembrada pelos estudos sobre as lutas sociais emergentes nos anos 70 e 80 do século XX, a reivindicação por outras memórias e histórias apresenta-se como dimensão importante no fazer-se dos diversos movimentos sociais e sindicais de então. Como indicam Sader, Paoli e Telles, em texto do início dos anos 1980, publicado no primeiro número da fase renovada da Revista Brasileira de História, e que não por acaso veio a público sob o sugestivo título de *À Luta Trabalhadores*, naquele momento foi necessário repensar nossas concepções e representações históricas sobre os trabalhadores brasileiros. Referindo-se ao imaginário acadêmico e à emergência de novos sujeitos e movimentos sociais naquele período, os autores propõem que:

Particularmente com as greves de massa em 1978 os trabalhadores aparecem de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento

e controle. Grupos de fábrica, clubes de mãe, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais a partir de diferentes temas, tomaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteraram o próprio campo da luta política no País.³

O texto, importante para o debate da história social do trabalho que então se repensava, problematiza o movimento intelectual de revisão histórica vivido pelas ciências humanas e sociais na busca das raízes daquele presente, invisíveis nas representações sociais e acadêmicas então predominantes. No entanto, o que não se pontua neste e em outros textos sobre o tema é o fato de que este movimento de revisão de referências sobre o passado já vinha se delineando como espaço da própria prática política daqueles movimentos. Confrontados com um imaginário social e acadêmico que ou lhes negava a visibilidade ou os transformava em sujeitos passivos sem expressão política própria, estes movimentos, em suas diferentes facetas, por meio de diferentes linguagens, atividades e espaços organizativos, investiam na revisão de sua própria história. Assim, por exemplo, quando se percorre sua cultura impressa, que se materializa em boletins, cartilhas e pequenos jornais, são recorrentes textos, imagens e seções que nos remetem a temas da história do trabalho e que se propõem reconstruir outras dimensões da memória popular. A criação de uma grande variedade de centros de informação, educação popular e de documentação, articulando projetos de memória, história e comunicação populares, parece constituir-se na face mais orgânica deste processo.

Para nossa reflexão torna-se importante destacar que naqueles anos são organizados muitos centros de apoio ao movimento social, popular e sindical, em diversos pontos do país. Com feições diversificadas, assumindo denominações como Centro de Documentação Popular, Centro de Documentação e Informação, Centro de Educação Popular, Centro de Estudos Alternativos, Centro de Cultura, muitos deles ligados aos movimentos sociais de igrejas ou de educação popular, organizando-se de norte a sul no país, com objetivos que abarcavam desde a preocupação com a comunicação e a educação popular até a organização de serviços de apoio

jurídico, estes centros constituíram, já na década de 1970, uma importante rede de militância e colaboração. É uma rede riquíssima de organismos e que pode ser pensada como dimensão ativa das formas de organização e luta na constituição daqueles “novos” sujeitos sociais. Destaque-se que a questão da preservação e sistematização da documentação de interesse dos movimentos constituía-se como uma das principais características de suas atividades, o que indica, por exemplo, a organização de encontros nacionais de centros de documentação popular ou seminários de documentação alternativa desta rede desde 1977.⁴ No decorrer das décadas de 1980 e 1990, este movimento de constituição de uma rede voltada para a memória popular expande-se e articula-se a uma rede internacional, principalmente latino-americana, que também se torna visível em vários seminários e encontros e em publicações que enfatizam as discussões metodológicas sobre identificação, preservação e difusão da documentação popular.

As questões sobre as relações entre pesquisa e documentação e sobre a própria noção de documento histórico também marcaram fortemente a agenda dos debates da historiografia brasileira naquele momento. Para além da grande renovação teórica e de paradigmas, o debate historiográfico volta-se para a oficina e as questões metodológicas da pesquisa. Os novos desafios trazidos pela ampliação de temas, a abertura para perspectivas da história social e da “história vista de baixo”, ao colocar em foco outros e diferentes grupos e sujeitos sociais, reclama a renovação de nosso olhar sobre os registros de época e sobre os processos que transformam documentos em monumentos. Como salienta Fenelon em texto sobre os desafios enfrentados pela História Social naquela conjuntura:

Ao incorporar para além de seu interesse inicial, quase exclusivo com as classes trabalhadoras, outros temas, como a sexualidade, as minorias, o lazer, a vida em família, os homens, as mulheres, a velhice, o urbano e o viver em cidade, os saberes e os odores, não gostaria de rotulá-los apenas de “novos temas”, “novos objetos” ou “novos problemas”, mas de salientar como ao ter que lidar com esta diversidade de objetos, ao mesmo tempo em que enfrentasse questões metodológicas específicas, a História Social vem contribuindo para alargar o campo de atividades consideradas passíveis de serem estudadas, mas principalmente vem contribuindo para a compreensão e a articulação destas temáticas ao todo social. Ainda mais, por se

tratar de objetos pouco estudados até aqui é considerável a contribuição prestada no sentido de descobrir e reinventar fontes, materiais, suportes não pensados pelos historiadores, para dar substância às suas análises, explicações e conclusões.⁵

Impulsionada pela organização recente de vários programas de pós-graduação na área, essa nova postura frente à ampliação do universo da pesquisa histórica traduz-se não só na formação de muitos grupos de pesquisa, mas também na criação de inúmeros Centros ou Núcleos de Documentação, Pesquisa e Memória Social nas universidades. Saliente-se que um primeiro momento de articulação dessas novas iniciativas quanto à pesquisa e à documentação ocorre no Encontro de Documentação e Pesquisa Histórica, organizado pela Associação Nacional de Professores de História - ANPUH, em 1982, no interior da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, realizada em Campinas. Nos resumos do encontro, editados em um número especial da Revista Brasileira de História de 1983, podemos acompanhar a formulação de questões e perspectivas de diferentes grupos de pesquisa de norte a sul no país, e que naquele momento se agrupavam sob diferentes denominações – arquivos, centros de documentação, núcleos de documentação, núcleos de pesquisa e cursos de pós-graduação – sobre a formação e ampliação de acervos e a sistematização de instrumentos de pesquisa.⁶ Como indica Khoury,

a emergência dos Centros de Documentação universitários, nos anos 1970, acompanhando a constituição dos cursos de pós-graduação, foi bastante significativa, diante do acesso restrito à informação vivido naqueles anos. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, esses Centros não só possibilitavam suprir carências de informação, como se firmavam como mais um espaço de preservação de memórias, sobretudo de origem privada, contribuindo para o alargamento dos horizontes da história e da memória, como um direito de todo cidadão.⁷

Criado em 1980, a partir de iniciativas de grupos de professores, num contexto de grande vitalidade da reflexão na área das ciências humanas e de afirmação da Pós-Graduação na universidade, desde então o CEDIC

tem como objetivo dar suporte à pesquisa acadêmica, às atividades de ensino e extensão na PUC-SP. No entanto, foi a partir de 1986, sob a liderança da Profa. Dra Yara Aun Khoury, que o trabalho com a memória e a preservação documental ganha impulso e assume uma nova dinâmica.

Naquele ano, um Grupo de Trabalho, reunido para avaliar a trajetória do Centro, propôs algumas reformulações em seus objetivos e atividades. Uma das principais propostas do grupo era a formação de acervo documental, como apoio ao significativo avanço que a pesquisa vinha assumindo no âmbito da Universidade e a sua abertura para o movimento social.

Nesse sentido, como salienta o Guia do CEDIC, via-se como imprescindível prover o Centro de Documentação das condições que o tornariam capaz de reunir e tratar adequadamente materiais documentais emergentes dos projetos de pesquisa em curso e dispersos em diferentes dependências da Universidade ou fora dela, do contrário, seria impossível abrigá-los, organizá-los e descrevê-los.

Através dessa iniciativa, foram se constituindo coleções sobre movimentos urbanos e rurais, organizações negras, cultura e povos indígenas, grupos sindicais, comunidades de base e outros movimentos de leigos da Igreja Católica, grupos de bairros, vilas operárias, cortiços, favelas, loteamentos clandestinos, questões que envolvem o menor, os velhos, a mulher, organização de creches, cultura popular, práticas religiosas, etc.

Tanto as coleções quanto os fundos reunidos envolviam várias formas de registro: documentos manuscritos e impressos - como jornais, revistas, publicações várias -, material iconográfico - como fotos e slides ou filmes -, audiovisuais, documentação oral, etc., que, para serem reutilizados, necessitavam de tratamento especializado.

Além disso, no levantamento realizado no interior da Universidade, registrou-se também a existência de acervos diversos sobre a própria vida da Instituição e que foram se acumulando em Departamentos, Centros, Secretarias, Setor de Recursos Humanos etc.

Nesse panorama, o CEDIC foi salientando duas linhas de trabalho, uma voltada mais para as pesquisas sobre a realidade social e outra para o próprio patrimônio documental da Universidade, produzido em/por suas rotinas diárias.

Nos primeiros anos, após a fusão com o extinto Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, o CEDIC passou a reunir conjuntos documentais de movimentos sociais ligados à Igreja e movimentos de educação. Com a mudança de seu perfil, o CEDIC dedicou-se, desde então, a tratar, descrever, conservar e disponibilizar para consulta conjuntos de diferentes gêneros documentais, gerados por movimentos e organizações, por projetos de pesquisa diversos, ou pelas próprias atividades acadêmicas da PUC-SP.

De natureza diversificada e com temáticas abrangentes, hoje o acervo do CEDIC reúne uma vasta documentação sobre a história e a organização da sociedade brasileira, bem como suas relações com a América Latina e Central, além de fornecer dados significativos para a construção da história da própria PUC-SP.

Entre os temas abordados por esse acervo, que se estende de 1901 até os dias atuais, concentrando-se nas décadas de 1960, 1970 e 1980, para além dos conjuntos documentais produzidos por movimentos sociais ligados à Igreja e movimentos de educação, estão os da cultura popular, direitos humanos, habitação, movimento estudantil, meio ambiente, migrantes, mulheres, organizações políticas, povos indígenas, saúde, trabalhadores urbanos e rurais. O acervo é formado por fundos de arquivo e coleções gerados por movimentos e organizações, por projetos de pesquisa, ou pelas próprias atividades acadêmicas da PUC-SP, além de hemeroteca especializada e uma rica biblioteca de apoio voltada para a história dos movimentos, cuja documentação o Centro preserva, bem como para a área de Documentação.

São hoje 17 Fundos de arquivo e mais de 100 Coleções de documentos textuais, iconográficos, sonoros e áudio-visuais, num total de aproximadamente 800 mil itens. Desse patrimônio documental, parcela é

constituída por documentos únicos – os fundos de arquivo –, os quais são, assim, insubstituíveis; há também raridades, como periódicos quase artesanais, produzidos por movimentos sociais os mais diversos.

A natureza deste acervo expressa trajetórias, temáticas e articulações sociais percorridas por diversos projetos e grupos de pesquisas na universidade. Assim, logo nos primeiros anos, o trabalho iniciado no Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica, de levantamento de acervos e informações para o estudo da atuação de leigos da Igreja Católica no Brasil, foi continuado pelo CEDIC. Em colaboração com o Instituto Nacional de Pastoral - INP, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que também detinha parte dos Arquivos dos Movimentos da Ação Católica Brasileira, realizou-se o Projeto de Organização, Descrição e Microfilmagem desses Arquivos.⁸

Pela forte atuação de leigos cristãos, nas décadas de 1950 a 1980, questionando injustiças sociais na realidade brasileira, seus movimentos foram severamente reprimidos e muitos de seus arquivos apreendidos, a partir do golpe militar de 1964. Parcela significativa do acervo do CEDIC se refere a alguns desses movimentos, reunindo registros que foram preservados de diferentes maneiras. Dentre eles, destacam-se, principalmente nos anos 1950 e 1960, os arquivos da Ação Católica Brasileira e seus movimentos específicos que constitui um patrimônio documental expressivo da intensa atuação de muitos grupos leigos mediados pela ação da Igreja Católica. O movimento da Juventude Agrária Católica – JAC, por exemplo, contém registros diversos e valiosos sobre muitas dimensões da vida rural brasileira naqueles anos em várias regiões do país. Sendo uma prática do movimento realizar inquéritos para melhor atuar na realidade, são variadas e numerosas as informações sobre a vida nas zonas rurais e nas pequenas cidades assim como sobre as propostas e lutas pela reforma agrária.

Problemas como a fome, a saúde, analfabetismo, escolas e educação rural, sindicatos e outras organizações de trabalhadores no campo são alvo das preocupações e militância desses grupos e ganham visibilidade em

inúmeros relatórios, estudos, inquéritos, periódicos diversos, cadernos e cartilhas de formação, documentos de congressos e reuniões diversas de trabalhadores rurais. Os arquivos da Juventude Universitária Católica – JUC e da Juventude

Estudantil Católica – JEC, por sua vez, trazem dimensões importantes do movimento estudantil brasileiro, dos problemas da educação, da política universitária e dos movimentos políticos mais amplos da sociedade brasileira. Assim relatórios, periódicos diversos, textos de formação, documentação de encontros e congressos diversos deixam ver o envolvimento político vivido pelos estudantes universitários e secundaristas, via Centros e Diretórios Acadêmicos, Uniões Estaduais de Estudantes e União Nacional dos Estudantes, num período em que o movimento estudantil se constituía numa significativa força política no País. Expressão de lutas sindicais e político-partidárias, trajetórias de organizações e movimentos estudantis, educacionais, políticos, sociais e culturais em favor de uma sociedade mais justa, como núcleo original do acervo documental do Centro, os fundos da ACB e seus movimentos constituem referência importante na construção de nossa identidade.⁹

Na última década, acompanhando as tendências de reflexão da Universidade, o perfil temático do CEDIC vem sendo ampliado em torno de questões sociais, políticas e culturais e dos movimentos por direitos humanos. Novos conjuntos foram incorporados ao acervo, dando visibilidade às experiências e lutas de novos movimentos sociais que se forjaram no bojo da própria repressão política e da resistência a partir dos anos 1980, os quais se articulam, principalmente, em torno da defesa dos direitos sociais e dos direitos humanos de uma grande diversidade de grupos e sujeitos sociais.

Neste recorte, outro fundo de grande importância sobre a atuação de grupos leigos e religiosos católicos é o do Grupo Solidário São Domingos que reúne os arquivos sobre a atuação de militantes ligados aos dominicanos na década de 1980. Influenciado pela Teologia da Libertação, envolvendo-se no combate às desigualdades sociais no Brasil, mantendo um forte contato

com outras organizações que trabalham pela defesa de causas humanitárias no mundo todo e também parcerias com entidades nacionais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a CJP (Comissão de Justiça e Paz), o Grupo São Domingos preservou registros não só de sua atuação nas questões sociais e dos direitos humanos, mas também de muitas outras entidades com as quais se relacionava.

Também de grande relevância sobre a militância em prol dos direitos humanos na América Latina é o Fundo CLAMOR (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul), vinculado à Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo, nominado patrimônio nacional pelo Programa Memória do Mundo da UNESCO. Fundado em 1977, por iniciativa de um grupo de leigos cristãos apoiados pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o CLAMOR tinha como objetivo proporcionar proteção e assistência aos refugiados dos países do Cone Sul – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – vítimas de violações dos direitos humanos. Os registros reunidos no Fundo CLAMOR, por meio de boletins, informes, relatórios de conferências sobre presos e desaparecidos políticos, listagens e fichas de acompanhamento da situação de presos e outras vítimas, entre outros, trazem ricas dimensões das lutas pelas liberdades democráticas e, principalmente, sobre a defesa dos direitos de presos e de exilados políticos, assim como os das famílias dos desaparecidos mortos durante os regimes ditatoriais daquelas décadas na América do Sul.¹⁰

Dentre as coleções, para além dos temas ligados a atuação de grupos leigos e cristãos, importa indicar a aproximação com uma grande diversidade de movimentos sociais rurais e urbanos, de educação popular, de lutas populares por habitação, de sem terra, como também dos movimentos negros, de mulheres, de juventude assim como dos novos movimentos sociais como os Movimentos pelo Meio Ambiente e Movimento Punk. Dos materiais da imprensa, dentre os mais de mil títulos do acervo, saliente-se muitas publicações ligadas aos movimentos sociais e populares e coleções completas de periódicos da imprensa alternativa dos anos 1980 e 1990.

A estruturação do CEDIC, no decorrer desses 30 anos, significou também a construção das condições que possibilitaram sua consolidação como um órgão de preservação, contribuindo na ampliação dos horizontes da memória social e no desenvolvimento de metodologias de tratamento documental. E, para além da importância de seu acervo, atualmente o Centro é reconhecido também como um espaço de desenvolvimento de saberes, competências e capacidades na área da preservação do patrimônio documental.

Para que os documentos cumpram sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica, é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis. Há quatro tipos de entidades que se incumbem dessa tarefa: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Heloísa Bellotto definiu bem esse traço comum entre elas:

O processo de fornecer informação a partir de dados existentes em qualquer tipo [de documento] é da área comum dos profissionais das chamadas Ciências da Informação, Ciências Documentais ou ainda Ciências Documentárias, como querem alguns. Recolher, tratar, transferir, difundir informação é o objeto convergente de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Partindo de material diverso e de mecanismos técnicos completamente distintos, essas instituições devem estar aptas a cobrir, da maneira mais completa possível, um “campo de investigação”. Têm em comum, portanto, as finalidades a que se destinam e o papel que ocupam no processo social, cultural e administrativo de uma sociedade.¹¹

Assim, não bastava possuir um acervo significativo, foi necessário estabelecer processamento técnico sistemático, rotinas de conservação e reprodução de documentos e de atendimento ao público. O cumprimento dessas funções exigiu a progressiva obtenção de infraestrutura adequada (espaço físico, mobiliário e equipamentos) e a formação de equipe técnica especializada. Para essa equipe, definir e dar materialidade à infraestrutura e às rotinas de trabalho do CEDIC representou e representa a cada dia um desafio instigante. Significa materializar os objetivos de um tipo de entidade de preservação – o centro de documentação – cuja natureza híbrida¹² e existência recente resultam em pouco espaço na bibliografia das Ciências Documentais e numa visão social e acadêmica pouco clara de seu papel.

Baseado inicialmente nas experiências de centros mais antigos, à medida que o CEDIC buscava consolidar-se e lutar pela visualização de seu papel dentro da comunidade acadêmica, foram assumindo maior nitidez e sistematização as reflexões – em parte inéditas – sobre sua definição, organização interna, funções, condições físicas e quadro de pessoal. Da mesma forma procedimentos clássicos das Ciências Documentais – especialmente da Arquivologia – bem como técnicas de conservação e reprodução de documentos foram objeto de estudo e adaptação às especificidades de nossos fundos de arquivo, coleções de documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e sonoros (com destaque para as fontes orais), monografias e periódicos especializados.

Tais reflexões científicas e sua materialização na edificação física e técnica do CEDIC – difundidas através da apresentação de trabalhos em congressos e seminários nacionais e internacionais e artigos em periódicos científicos especializados¹³ – tornaram o Centro, em vários aspectos, uma referência para entidades de documentação similares. Evidencia essa afirmação o convite da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) para que elaborássemos três manuais do Projeto “Como Fazer”: *Como Implantar Centros de Documentação*, de autoria de Viviane Tessitore, já publicado; *Microfilmagem de Documentos de Arquivo*, de autoria de Ana Célia Navarro de Andrade, e *Elaboração de Projetos e Organização de Arquivos de História Oral*, de autoria de Yara Aun Khoury e Simone Silva Frenandes, ambos no prelo.

Para colocar seu acervo à disposição dos pesquisadores, o CEDIC passou a desenvolver seus próprios projetos de pesquisa na área das Ciências da Informação, realizando reflexões teóricas e metodológicas em torno do tratamento de arquivos e coleções privadas. Esses projetos não só cumprem sua finalidade primeira de organização dos documentos e elaboração de guias, inventários e catálogos, que permitem o acesso ao acervo, como também têm contribuído para a revisão e o avanço teórico e metodológico da Arquivologia, na medida em que geram publicações em formato tradicional e eletrônico ou via WEB.

O avanço dessas reflexões e os produtos que esse avanço gerou possibilitaram estabelecer intercâmbio com instituições de documentação e pesquisa, dentro e fora das universidades, em São Paulo, em outros Estados brasileiros, na América Latina, Estados Unidos, Espanha, Portugal, França, Inglaterra, além de alguns países Africanos. Com essas instituições, o CEDIC tem trocado metodologias de pesquisa e publicações científicas, vinculando-se, inclusive, a projetos de âmbito nacional e internacional. Dentre estes projetos destacamos:

Projeto Organização, Descrição e Microfilmagem dos Arquivos da Ação Católica Brasileira (ACB).

Financiado pela Comissão Episcopal Alemã ADVENIAT, através do Instituto Nacional de Pastoral/CNBB e pelo CNPq, iniciado em 1993, propõe-se a arranjar, descrever e microfilmar os Fundos Ação Católica Brasileira (ACB), Juventude Agrária Católica do Brasil (JACB), Juventude Estudantil Católica do Brasil (JECB), Juventude Independente Católica do Brasil (JICB) e Juventude Universitária Católica do Brasil (JUCB) (parcelas existentes no CEDIC e no INP/CNBB). Já foram concluídas as etapas de arranjo e descrição dos Fundos Juventude Agrária Católica do Brasil (JACB), Juventude Estudantil Católica do Brasil (JECB) e Juventude Independente Católica do Brasil (JICB), cujos Inventários já se encontram publicados; e o arranjo e descrição do Fundo Juventude Universitária Católica do Brasil (JUCB), bem como a microfilmagem dos Fundos JACB e JICB. Atualmente, estão preparados para a microfilmagem os Fundos JECB e JUCB e estão sendo revisados o arranjo e a descrição do Fundo ACB.

Projeto Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil (fundadas entre 1500 e 1900).

Projeto realizado para as Comemorações dos 500 anos do Descobrimto do Brasil, a convite do Projeto Resgate (Ministério da

Cultura), dedicou-se ao levantamento e sistematização de informações sobre os Arquivos dessas Instituições, trazendo dados sumários sobre a constituição das Santas Casas, suas Irmandades e Entidades vinculadas, características e formas de acesso aos acervos. O guia de pesquisa produzido torna pública a informação sobre a massa documental acumulada ao longo dos 500 anos de existência das Santas Casas, fornecendo ainda aspectos do material bibliográfico e museológico encontrado e amostragens da riqueza arquitetônica edificada. O Guia revela aos pesquisadores o universo documental de 110 Santas Casas, das diferentes regiões brasileiras, criadas entre os anos de 1500 a 1900, o qual nos revela muito a respeito das formas da participação dessas Instituições nas diversas dimensões da vida social, ao longo de cinco séculos. O Projeto contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e da Universidade Católica de Goiás (UCG).¹⁴

Projeto “Memórias Reveladas” – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985).

Através de Convênio firmado, em novembro de 2008, entre a Fundação São Paulo e o Arquivo Nacional, o CEDIC passou a integrar o Projeto “Memórias Reveladas”, que abrange Instituições ligadas ao tema em todo o Brasil. Num primeiro momento, está alimentando a base de dados do Projeto – já disponível na Internet – com a descrição de Fundos e Coleções pertencentes ao seu acervo referentes a movimentos da juventude católica e de defesa dos direitos de presos e desaparecidos políticos no período; tem colaborado igualmente com a seleção e envio de imagens de documentos desses conjuntos.

O acúmulo de *know how* em sua área de especialização possibilitou ao CEDIC ampliar seu leque de atividades, com serviços de microfilmagem e reprodução de microformas em papel para professores, pesquisadores e instituições, prestação de assessoria técnica a centros afins, promoção de cursos de extensão, visitas técnicas e seminários.

A experiência de tratamento de arquivos privados, sobretudo de movimentos e organizações sociais, tem se constituído numa oportunidade de aperfeiçoamento dos procedimentos de descrição arquivística, num processo de adequação de normas internacionais às especificidades nacionais e locais, facilitando a comunicação interinstitucional.

Reconhecido por seus pares como produtor de conhecimento na área de documentação e memória, o CEDIC foi chamado a participar de discussões científicas e políticas nesse campo no âmbito da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), através de Comissões Especiais e de sua Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística, passando ainda a integrar o Conselho Internacional de Arquivos – órgão da UNESCO –, através da Seção de Arquivos Universitários e Instituições de Pesquisa, e a Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Destacamos, em particular, a atuação que o CEDIC vem tendo no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão regulamentador da política de arquivos públicos e privados no Brasil.¹⁵

Na sua feição atual, o CEDIC desenvolve suas atividades visando reunir, preservar e disponibilizar aos pesquisadores e ao público em geral documentos e referências documentais sobre diferentes tendências e expressões da memória social brasileira, com ênfase nos movimentos de leigos católicos e incluindo a memória da própria Universidade.

Disponibiliza igualmente equipamentos para consulta de documentos especiais. Presta serviços de reprodução de documentos para preservação e para pesquisa. Oferece ainda cursos e eventos para formação de recursos humanos na área de documentação e memória. Tais atividades são desenvolvidas com o objetivo mais amplo de apoio ao ensino, à pesquisa e à

extensão na PUC-SP, bem como da realização de estudos e pesquisas na área de documentação, patrimônio e memória.

Suas atividades estruturam-se em torno de três áreas:

Programa de Tratamento Documental e Elaboração de Referências:

De forma contínua, procura ampliar o acervo existente, adquirindo – sobretudo por doação ou permuta e, eventualmente, por compra – fundos de arquivo, coleções, documentos avulsos e publicações pertinentes ao perfil do Centro, que atendam às necessidades dos pesquisadores ou contribuam para abrir novos campos de investigação.

Dedica-se ainda ao tratamento documental da documentação arquivística (fundos de arquivo e coleções), bibliográfica e hemerográfica, incluindo as pesquisas históricas instrumentais necessárias. Publica instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos), em papel ou formato eletrônico, produzidos pela equipe técnica do Centro ou em colaboração com professores e pesquisadores da PUC-SP e de outras instituições.

Além de se preocupar em difundir seu próprio acervo, o CEDIC desenvolve projetos próprios, ou em colaboração com Departamentos e Programas da Universidade e entidades externas, para a reunião e sistematização de referências documentais sobre temas específicos, dentro de sua área de especialização. Desta forma, coloca o pesquisador em contato com informações e fontes existentes em outras Instituições e com o modo de acessá-las.

Programa de Conservação e Reprografia:

Tem estabelecido procedimentos de rotina que visam à preservação física dos diversos suportes documentais existentes, incluindo a modernização da infraestrutura do Centro.

No que tange à Reprografia, vem realizando microfilmagem de preservação de parcela significativa do acervo, além de prestar serviços de microfilmagem e duplicação de microfimes a instituições interessadas na preservação de seus arquivos.

Além disso, presta os seguintes serviços de reprodução a órgãos da PUC-SP, a instituições e pesquisadores da Universidade e de outras entidades: microfilmagem de documentos, realizada tanto nas dependências do CEDIC, como fora delas; duplicação de microfimes em diazo; extração de cópias em papel de microfimes e microfichas; digitalização de documentos, microfimes e microfichas, digitalização de fontes sonoras.

A Fundação São Paulo, através do CEDIC, possui registro no Ministério da Justiça, desde 1995, para a realização de microfilmagem oficial de documentos.

Programa de Apoio à Pesquisa, Difusão e Intercâmbio.

Presta efetivo apoio à pesquisa e ao ensino, proporcionando ao pesquisador amplo acesso a fontes documentais custodiadas pelo CEDIC ou por outras Instituições, bem como o conhecimento sobre essas fontes e o perfil das Instituições de Documentação e Memória, do qual o próprio Centro é exemplo. Tal apoio se dá através da consulta ao acervo, uso e empréstimo de equipamentos para documentos micrográficos, serviços de reprografia de preservação e para a pesquisa (microfilmagem, reprodução em papel / digitalização de microformas, digitalização de documentos e masterização digital de som).

Realiza ações para divulgação do CEDIC, seu acervo, produtos acadêmicos (publicações) e serviços, através de diferentes canais de comunicação. Dentre eles, destacamos; o website do Centro e, mais recentemente, as mostras virtuais que objetivam proporcionar uma ampla difusão de seu perfil, acervo e serviços a interessados em nível internacional. O CEDIC mantém uma linha de publicações na área de documentação, memória e pesquisa, colabora em publicações de outras Instituições e

divulga artigos em Anais e Periódicos científicos, ministra palestras internas e externas á Universidade e participa de eventos científicos na área de documentação e memória.

Preocupado com a necessidade de formação de recursos humanos na área de documentação, desenvolve cursos e seminários voltados para temas dessa área, como preservação, tratamento e difusão do patrimônio documental, reprografia de preservação e pesquisa histórica voltada para esse campo de atuação. Oferece, assim, formação inicial para quem pretende atuar na área e atualização para os profissionais já com experiência.

Nesse sentido, há 21 anos, vem promovendo o Curso de Extensão Cultural Introdução à Política e ao Tratamento dos Arquivos, em conjunto com o Departamento e o Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, através da Coordenadoria de Extensão da Universidade. Além desse curso regular, atende a solicitações de instituições públicas e privadas para ministrar o curso “in company”, adequando-o às necessidades de cada instituição.

Possibilita visitas técnicas a suas dependências e serviços para profissionais de Arquivos, Centros de Documentação, Centros de Memória e Museus públicos ou privados e demais Instituições voltadas para Documentação e Pesquisa.

Desde 1990, o Centro oferece estágio a alunos de graduação da PUCSP, interessados em adquirir experiência na área de documentação e memória, através do Programa de Bolsa-Estágio da Coordenadoria Geral de Estágios da Universidade.

Além dos temas específicos sobre preservação e tratamento do patrimônio documental, atualmente promove seminários que contemplam igualmente as pesquisas realizadas com acervo do CEDIC ou relacionadas a ele, atendendo a demandas da comunidade acadêmica da própria PUC-SP, mas também abertos para alunos, professores e pesquisadores de outras Instituições Universitárias e Científicas em geral.

Através dessas ações, mantém intercâmbio regular com pesquisadores, outras Unidades da Universidade e Instituições de documentação e pesquisa

nacionais e internacionais, não somente com a finalidade de divulgar suas atividades, mas também o conhecimento que vem construindo na área de preservação do patrimônio documental. O Centro desenvolve ainda Projetos especiais, que perpassam duas ou as três áreas, normalmente frutos de parcerias com Instituições afins e/ou de financiamento de Agências de fomento, ou ainda de contratos/convênios de assessoria técnica.

Inserindo-se em circuitos de preservação documental mais amplos, que, em tempos recentes, buscam aproximar a preservação do patrimônio documental às experiências de grupos sociais diversos e da questão da cidadania, tem participado de forma ativa de algumas redes pela afirmação do direito à memória em nossa sociedade. Tal é o caso de nossa participação no Projeto “Memórias Reveladas” – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 – 1985), no qual diversas instituições públicas e privadas, em parceria com o Arquivo Nacional, pretendem reunir em um portal e colocar à disposição do público os arquivos e os documentos do período da ditadura. Destaque-se também o envolvimento do CEDIC nos Seminários “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, promovidos pela Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), pelo Arquivo Nacional e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que têm como objetivo realizar debates sobre os arquivos dos trabalhadores, constituindo um fórum para o incentivo à recuperação e à preservação da documentação referente às experiências dos trabalhadores e suas organizações.

Em sua trajetória, o CEDIC, ao formar seu acervo, reunindo documentos junto às organizações e movimentos sociais, ou gerados pelos projetos de pesquisa da PUC-SP, insere-se numa linha de estudos sobre práticas sociais as mais diversas, desde as mais organizadas até simples experiências cotidianas, sobre a memória de grupos e coletividades antes pouco valorizadas pela pesquisa acadêmica. Em sua ação, ambiciona articular as preocupações com a preservação documental, a afirmação do direito à memória e o apoio à pesquisa, entendendo que políticas de valorização do passado tem como clivagem a significação coletiva em cada

conjuntura histórica. Tendo como público graduandos, pós-graduandos, professores e pesquisadores de diversas áreas, como História, Ciências Sociais, Letras, Jornalismo, Publicidade, Serviço Social, tanto da PUC-SP, como de outras Instituições nacionais e internacionais, entende que preservar a documentação que se encontra sob sua guarda e disponibilizá-la para pesquisadores e para o público em geral significa criar canais de diálogo e compartilhamento destas experiências e memórias com toda a sociedade.

NOTAS

* Doutora em História Social, Coordenadora do CEDIC/PUC-SP, Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP.

** Mestre em História Social pela FFLCH/USP, na linha de pesquisa Historiografia e Documentação, e Historiógrafa do Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC/PUC-SP.

¹ De leitura corrente entre nós desde meados da década de 1980, constituindo-se em uma das primeiras referências para a renovação da discussão da historiografia brasileira sobre as relações entre memória e história no período, insistindo nas dimensões políticas da questão, o texto de Le Goff sinaliza como os movimentos de produção da lembrança e do esquecimento constituem dimensões importante do arsenal das forças sociais em suas disputas pelo poder. LE GOFF, Jacques. Memória, in *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

² Ver interessante reflexão sobre a politização das concepções no interior da arquivologia em Joan M. SCHWARTZ e Terry COOK. *Archives, Records, and Power: The making of Modern Memory*. Archival Science, Toronto, Kluner Academic Publishers, nº 2, p. 1-19, 2002.

³ PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder e TELLES, Vera S. Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário Acadêmico, in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, nº 6, setembro de 1983, p. 130.

⁴ Ver ROSA, Amanda Marques. *Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta*. (Uberlândia-MG, anos 1980). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – 2011; SALLES, Paula Ribeiro. *Memória e Documentação Popular: a experiência do Centro Pastoral Vergueiro (1970/1980)*, São Paulo, 2011 (texto digitado)

⁵ Ver FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, nº 40, p. 27-51, jan. jun. 2009, p.37.

⁶ *Revista Brasileira de História*. São Paulo, PKR Gráfica e Editora Ltda, ANPUH, v. 3, nº 5, março de 1983. A discussão sobre a natureza e trajetória

destes centros e sobre a diversidade e importância dos acervos que mantêm sob sua guarda vem sendo retomada por historiadores envolvidos com instituições arquivísticas. Ver particularmente os textos de CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas, in SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1999 e KNAUSS, Projeto História nº 444 40, junho de 2010 e KNAUSS, Paulo. Usos do passado: arquivos e universidades, *Cadernos do CDHIS*, Uberlândia, nº 40, ano 22, p. 9-16, 1 semestre de 2009.

⁷ KHOURY, Yara Aun. CEDIC 25 anos – Centro de Documentação da PUCSP: trajetórias e perspectivas. Palestra proferida no *Seminário Preservação do Patrimônio Cultural e Universidade* (em comemoração aos 25 anos do CEDIC – PUC-SP), São Paulo, 13 set. 2005. (texto digitado)

⁸ Importa salientar que a documentação sobre a Ação Católica Brasileira e seus diversos movimentos ganhou grande amplitude ao incorporar a parte da documentação que se encontrava no Instituto Nacional de Pastorais, mediante financiamento da Comissão Episcopal Alemã ADVENIAT, intermediado pela CNBB, que reforçou os recursos do CNPq e FINEP, de que então dispúnhamos.

⁹ Para maiores informações sobre a riqueza e diversidade desse fundo ver especialmente KHOURY, Yara Aun. *Inventário dos Fundos JAC, JEC e JIC*. São Paulo, CEDIC-Imprensa Oficial, 1998.

¹⁰ Ver ANDRADE, Ana Célia Navarro de. *Inventário do Fundo Clamor: organização e descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2000.

¹¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*, 2ª. ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, pp. 35-36.

¹² O centro de documentação possui características de arquivos, bibliotecas e museus, sem se identificar com nenhuma dessas entidades. “Reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esses documentos e referências podem ser tipificados como arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos.” TESSITORE, Viviane. *Como Implantar Centros de Documentação*. São Paulo, Arquivo Público do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2003. Como Fazer 9, p. 14.

¹³ Elaboração de guias: a experiência de um centro de documentação universitário sobre movimentos sociais. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia (São Paulo, 1994)*, São Paulo, AAB-Núcleo Regional de São Paulo, 1998. (CD-R). A Informática como ferramenta do arquivista: construção e difusão de instrumentos de pesquisa em meio eletrônico. In: ANTUNES, Benedito (org.). *Memória, Literatura e Tecnologia*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2005, pp. 85-96. Centros de Documentação: noções fundamentais para criação e implantação, in CARVALHO, Antonio Carlos

Duarte de (org.). *Memória da Saúde: desafios e possibilidades do trabalho em Arquivos e Museus de Ciência*. Ribeirão Preto (SP), FUNPEC, 2006, pp. 78-90.

¹⁴ Ver KHOURY, Yara Aun (org). *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil*. São Paulo, CEDIC / Imprensa Oficial do Estado, 2004.

¹⁵ Indique-se que o CEDIC foi membro da Comissão Especial do CONARQ, para regulamentação dos Caps. II e III da Lei Brasileira de Arquivos, referentes aos arquivos privados de Patrimônio e Cultura Material 445 interesse público e social, cujos trabalhos desenvolveram-se de março a julho de 1997, resultando no Decreto federal nº 2.942, de 18 de janeiro de 1999. Integrou a Comissão Especial do CONARQ, para elaboração do Projeto do Censo Brasileiro de Arquivos Públicos e Privados, cujos trabalhos se desenvolveram entre 1999 e 2001. Pela Portaria CONARQ nº 63, de 29 de agosto de 2002, foi designado membro pleno da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do referido Conselho; a CTNDA tem por objetivo normalizar a descrição arquivística no Brasil, a partir das normas internacionais, estabelecidas pelo Conselho Internacional de Arquivos; como primeiro produto desse trabalho, foi aprovada pelo CONARQ, em 2006, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).